

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF ALTERNATIVE COMMUNICATION IN SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-038>

Denise da Silva Rodrigues Guennes Sorrentino
E-mail: denise.guennes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a relevância da comunicação alternativa na educação especial e inclusiva, enfatizando sua capacidade de facilitar a interação e participação de indivíduos com dificuldades de comunicação. Métodos como símbolos gráficos, sistemas de comunicação por troca de figuras e tecnologias assistivas, além de língua de sinais são explorados ressaltando seu papel na promoção da expressão, autonomia, desenvolvimento social e linguístico do alunado. A comunicação alternativa também é destacada por sua contribuição para inclusão, garantindo que os estudantes que a ela têm acesso se desenvolvam socialmente e sejam compreendidos em ambientes educacionais diversos. Investir nesse recurso é essencial para assegurar educação equitativa e acessível aos alunos, respeitando suas especificidades.

Palavras-chave: Comunicação; Alternativa; Educação inclusiva.

ABSTRACT

This article discusses the relevance of augmentative and alternative communication (AAC) in special and inclusive education, emphasizing its ability to facilitate the interaction and participation of individuals with communication difficulties. Methods such as graphic symbols, picture exchange communication systems, and assistive technologies, as well as sign language, are explored, highlighting their role in promoting expression, autonomy, and the social and linguistic development of students. AAC is also highlighted for its contribution to inclusion, ensuring that students who have access to it develop socially and are understood in diverse educational environments. Investing in this resource is essential to ensure equitable and accessible education for students, respecting their specific needs.

Keywords: Communication; AAC; Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade contemporânea, a socialização e a autonomia são elementos cruciais para o desenvolvimento pleno e a inclusão de todos os indivíduos. Nesse sentido, a comunicação desempenha um papel fundamental, pois é por meio dela que expressamos nossas ideias, sentimentos e necessidades, estabelecendo vínculos e participando ativamente da vida em sociedade. No entanto, para alunos não verbais inseridos na educação especial ou inclusiva, a comunicação pode se apresentar como um desafio complexo, limitando sua capacidade de interação e participação efetiva.

Diante desse cenário, surge a necessidade de explorar a comunicação alternativa como uma resposta viável para suprir as lacunas de comunicação enfrentadas pelo alunado não verbal. A comunicação alternativa compreende um conjunto de estratégias, recursos e tecnologias que visam facilitar a expressão e a compreensão de indivíduos com dificuldades de comunicação verbal, proporcionando-lhes meios para interagir, aprender e se desenvolver plenamente no contexto educacional e social.

O problema central abordado neste trabalho é a falta de recursos e estratégias adequadas para a comunicação de alunos não verbais na educação especial e inclusiva. Diante disso, levanta-se a hipótese de que a utilização da comunicação alternativa pode contribuir significativamente para superar essas barreiras, promovendo a participação ativa e a inclusão desses alunos no ambiente escolar e na sociedade em geral.

O objetivo geral deste é investigar a eficácia da comunicação alternativa na promoção da participação e autonomia de alunos não verbais na educação especial e inclusiva. Para tanto, serão realizados os seguintes objetivos específicos: analisar as principais estratégias e recursos de comunicação alternativa; identificar os benefícios e desafios da implementação dessas estratégias no contexto educacional; e propor diretrizes e recomendações para aprimorar a prática da comunicação alternativa nas escolas inclusivas.

A relevância deste estudo reside na importância de garantir o direito à comunicação e à participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades verbais. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento científico e das práticas pedagógicas no campo da educação especial e inclusiva, oferecendo subsídios para a construção de ambientes mais acessíveis e inclusivos para todos os estudantes.

A metodologia adotada para este trabalho inclui a realização de projeto aplicado em escola de ensino especial da rede municipal de uma cidade do interior do Goiás, em especial com alunos autistas não verbais, que aqui serão chamados João e Maria para preservação de sua identidade real, ambos são ouvintes e tem como língua materna a língua portuguesa, são estudantes de escola especial em município do interior do Goiás. Ela já é alfabetizada e cursa o 3º ano do ensino fundamental em turma multisseriada composta por 4 alunos. Ele, em processo de alfabetização, cursa o 1º ano do Ensino Fundamental, em uma turma composta por 2 alunos na mesma escola que Maria.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica sobre a comunicação alternativa, destacando suas principais estratégias e benefícios. O segundo capítulo aborda a legislação brasileira relacionada à inclusão e à comunicação de pessoas com deficiência, com ênfase na Lei Brasileira de Inclusão e na Constituição Federal. O terceiro capítulo apresenta o projeto abordado na escola de ensino especial que foi cerne desta pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

A comunicação alternativa, representada pelos termos Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), Comunicação Ampliada e Alternativa (CAA), e Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA), tem ganhado destaque na educação especial, especialmente ao considerar a evolução do entendimento sobre as necessidades individuais dos alunos.

A CAA destina-se a sujeitos de todas as idades, que não possuem fala e ou escrita funcional devido a disfunções variadas como, por exemplo: paralisia cerebral, deficiência mental, autismo, acidente vascular. Síntese: Contextos de uso e de utilização da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) A CAA destina-se a sujeitos de todas as idades, que não possuem fala e ou escrita funcional. Algumas pessoas, dependendo do caso e da especificidade, podem utilizá-la temporariamente ou por toda a vida. Podem se beneficiar da Comunicação Alternativa (CA) pessoas com: • Deficiência física neuromotora: Lesão cerebral (paralisia cerebral ou deficiência neuromotora), Lesão medular (paraplegia/tetraplegias), Deficiências neuromusculares – Miopatias (distrofias musculares); • transtornos globais do desenvolvimento; • autismo; • deficiência intelectual; • acidente vascular cerebral; • traumatismo crânio encefálico, dentre outros. 31 cerebral, traumatismo cranioencefálico, traumatismo raquiomedular, doenças neuromotoras (como, por exemplo, à esclerose lateral amiotrófica), apraxia oral e outros. (Schirmer 2007, P. 59):

Comunicar-se sempre foi uma necessidade humana. Historicamente é sabido que existiram desde os primórdios da existência dos homens vários métodos de estabelecer comunicação tanto por meio de recursos verbais, de grunhidos, sons, quanto por meio de gestos, expressões faciais e corporais, desenhos e pinturas.

Segundo Grosko(2016), a comunicação não se estabeleceu apenas através da fala, todos os tipos de comunicação nas relações expressivas foram essenciais, favoráveis e fundamentais para o desenvolvimento da simbologia na interação comunicativa.

A comunicação alternativa, portanto, emerge como uma abordagem essencial para promover a inclusão e a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas capacidades comunicativas convencionais. Por meio de estratégias e recursos diversificados, como símbolos gráficos, dispositivos eletrônicos e técnicas de facilitação, a CAA, CAA e CSA visam capacitar os alunos para expressarem suas ideias, necessidades e desejos de forma autônoma e efetiva.

Ao adotar essas abordagens, a educação especial avança em direção a um modelo mais inclusivo e centrado no aluno, onde cada estudante é reconhecido como um agente ativo em seu próprio processo comunicativo, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 RESPALDO NA LEI

A legislação brasileira relacionada à inclusão e à comunicação de pessoas com deficiência é abrangente e fundamental para garantir seus direitos e acesso a uma comunicação eficaz. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Constituição Federal são os principais marcos legais nesse contexto.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi promulgada em 2015 e tem como objetivo promover a inclusão social e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Ela aborda diversos aspectos relacionados à acessibilidade, educação inclusiva, trabalho, saúde, entre outros. No que diz respeito à comunicação, a LBI reconhece a importância da comunicação alternativa para pessoas com deficiência que têm dificuldades de comunicação verbal, garantindo o direito delas à utilização de recursos e tecnologias que facilitem sua comunicação.

Além da LBI, a Constituição Federal de 1988 também assegura os direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes igualdade de oportunidades, acesso à educação e à saúde, e proteção contra discriminação.

No contexto da comunicação alternativa, essas legislações respaldam a adoção de métodos e tecnologias que auxiliem pessoas com deficiência a se comunicarem de forma eficaz, como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e outras estratégias que envolvem o uso de símbolos, imagens, dispositivos eletrônicos, entre outros recursos.

Em resumo, a legislação brasileira relacionada à inclusão e à comunicação de pessoas com deficiência, com ênfase na Lei Brasileira de Inclusão e na Constituição Federal, reconhece a importância da comunicação alternativa e garante o direito dessas pessoas a métodos e recursos que facilitem sua comunicação e participação na sociedade.

2.3 PROJETO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA AUMENTATIVA

Projeto de Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) Baseada em Libras

Responsável: Professora Denise da Silva Rodrigues

Alunos atendidos pelo projeto:

- Maria (nome fictício) (FII A);
- João (nome fictício) (FII L);

2.4 OBJETIVOS GERAIS

Promover a inclusão e a comunicação efetiva de alunos que se enquadram no transtorno do espectro autista e não desenvolveram linguagem verbal.

Facilitar a interação social e o desenvolvimento linguístico dos participantes.

Estimular a expressão e compreensão de sentimentos, necessidades e desejos.

Fomentar a compreensão e valorização da diversidade linguística.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos alunos com barreira na comunicação, acesso à língua de sinais como uma ferramenta de comunicação primária.

Desenvolver habilidades básicas de comunicação em Libras para os alunos autistas, promovendo a expressão de suas necessidades.

Estabelecer um ambiente inclusivo e receptivo para a prática da comunicação alternativa aumentativa.

Promover a interação entre os alunos, incentivando a comunicação entre eles e com outros colegas.

Proporcionar estratégias e recursos para os professores e cuidadores apoiarem o uso da CAA em sala de aula e em ambientes sociais.

2.6 METODOLOGIA

Sessões de Comunicação Alternativa Aumentativa: Serão realizadas sessões específicas para a prática da comunicação alternativa aumentativa, nas quais os alunos autistas poderão interagir usando sinais em Libras, fotos, símbolos, dispositivos de comunicação, entre outros recursos.

Atividades de Integração: Serão organizadas atividades que estimulem a interação entre os alunos, como jogos, brincadeiras dirigidas e projetos em grupo, promovendo o uso da CAA em contextos sociais e lúdicos.

Apoio Individualizado: Serão oferecidas sessões de apoio individualizado para cada aluno, visando identificar suas necessidades específicas de comunicação e desenvolver estratégias personalizadas para melhorar sua expressão e compreensão.

2.7 ESTRATÉGIAS

Utilização de recursos visuais e táteis para facilitar a compreensão dos conceitos e facilitar a comunicação.

Adaptação de materiais didáticos para incluir sinais em Libras, imagens e símbolos visuais, utilizando cartões em que constem imagens de atividades de vida diária (AVDs).

Estabelecimento de rotinas e estruturas claras para ajudar os alunos autistas a se sentirem seguros e confortáveis.

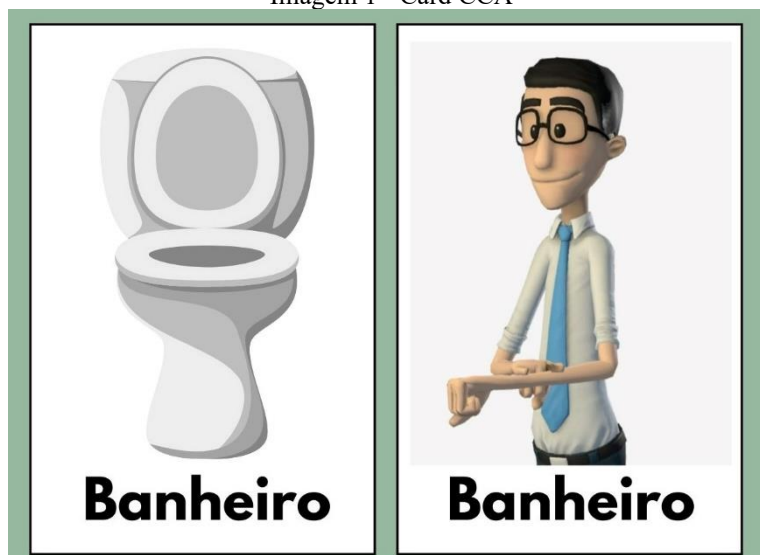
Promoção de atividades de aprendizagem baseadas em interesses e habilidades individuais dos alunos.

Colaboração estreita com os pais e familiares dos alunos para garantir a continuidade do aprendizado e apoio à comunicação em casa.

Avaliação regular do progresso dos alunos e ajuste das estratégias de acordo com suas necessidades e objetivos de desenvolvimento.

Este projeto visa criar um ambiente inclusivo e acolhedor no qual todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, possam se comunicar e se expressar livremente, promovendo assim o seu desenvolvimento pessoal e social.

Imagem 1 - Card CCA



Fonte: Aplicativos CANVA e HAND TALK.

3 CONCLUSÃO

Sabendo -se que a comunicação é um construto para além da vida intra e inter familiar o objetivo do projeto de CAA implementado e aplicado, durante o mês de fevereiro de 2024, foi essencialmente promover a socialização e interação de alunos autistas com barreiras de comunicação.

Durante a aplicação do projeto, pudemos perceber o quão comprometida se torna a interação e socialização deste alunado que não conseguia expressar quesitos básicos de Avds, como pedir auxílio para utilizar o banheiro ou pedir água, assim como demonstrar necessidade de cuidados em caso de dor. Com a aplicação da comunicação alternativa, aqui estabelecida por meio da Língua Brasileira de Sinais(Libras), uma vez que ambos alunos atendidos pelo projeto já haviam desenvolvido uma forma doméstica de sinalização, houve significativa melhora na linguagem e emissão e compreensão deste alunado, por meio

aquisição de sinais básicos .Entretanto, para que esse ganho não se perca ao longo do processo de adultização dessas crianças, é necessário o empenho da família e da comunidade escolar, que deverão dar vistas à língua gestual que está sendo adquirida pelos alunos, de forma que saibam identificar e compreender a sinalização que está sendo executada pelos alunos.

Deste modo, salientamos a importância de haver projetos de CCA para pessoas não verbais, no intuito de lhes promover maior autonomia e possibilidades mais amplas de socialização. Ressaltamos ainda que, o projeto que foi aplicado no mês de fevereiro de 2024 e continuará durante todo o corrente ano, pode ser adaptado a outras realidades e outra clientela, bem como ainda pode ser utilizado no atendimento especializado de outras deficiências que demonstrem barreiras comunicacionais.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que sou autor(a) deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

REFERÊNCIAS

GROSKO, Debora Cristina. **Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções Didático-Pedagógicas**. Volume II. ed. Paraná: [s. n.], 2016. 70 p. v. II. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ede_special_unicentro_deboracristinagrosko.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Dispõe sobre a **Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado** e dá outras Providências. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei número 13.146, 06 de Julho de 2015. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

ÁVILA, B. G. **Comunicação aumentativa e alternativa para o desenvolvimento da oralidade de pessoas com autismo**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.